

## DOHA TEM FIM

**\* Roberto Rodrigues**

Há muitas dúvidas sobre os resultados da Rodada de Doha, iniciada há 6 anos pela Organização Mundial do Comércio, com o objetivo prioritário e explícito de ampliar o comércio agrícola mundial.

Lançada ainda sob o impacto pavoroso das Torres Gêmeas, prometia avançar de forma positiva nos 3 pilares básicos da negociação: reduzir os enormes subsídios internos usados pelos países ricos, eliminar os subsídios às exportações e diminuir as tarifas que incidem sobre produtos importados. Todos estes elementos distorcem o mercado e impedem que países competitivos gerem empregos, riqueza e renda através do aumento da produção e da exportação agrícola.

O Brasil tem lutado bravamente para que a abertura se concretize, tendo liderado até agora o G20, grupo dos países exportadores que surgiu na véspera da reunião de Cancún, no México em setembro de 2003, quando norte-americanos e europeus pretendiam impor regras que não interessavam ao grupo. Foi uma importante posição, embora na época o G20 tenha sido acusado de levar as negociações de Cancún ao fracasso. Ao contrário, fracasso teria sido um acordo negativo para os países em desenvolvimento, que anularia por mais algumas décadas sua chance de progresso.

Desde então, reuniões e reuniões se sucedem, e quando parece que as coisas vão clarear, surge um país ou bloco deles fazendo exigências na área de bens não agrícolas – os NAMA – invertendo a prioridade original da Rodada, e “embolando o meio de campo”. Nas discussões efetuadas em Hong Kong em dezembro de 2005, houve um avanço real: estabeleceu-se 2013 como o limite para a completa eliminação dos subsídios às exportações. Mas o acesso aos mercados continuou emperrado.

Após recentes sinalizações dos norte-americanos, de aceitar limitar seus subsídios totais (embora não topando cortes para o algodão) e uma pequena abertura europeia relativa aos produtos chamados sensíveis (sujeitos a cortes menores), os holofotes foram dirigidos aos países em desenvolvimento, em especial Índia e China, que demonstram sensibilidade em relação a dois pontos: produtos especiais (produtos agrícolas de países em desenvolvimento sujeitos a cortes menores) e salvaguarda especial para países em desenvolvimento (acionada em caso de surto de importação ou queda abrupta de preço).

Neste momento, é evidente a dificuldade desses países aceitarem os critérios propostos pelo Presidente do Comitê Agrícola da OMC para esses dois pontos, que dariam maior racionalidade para o uso de tais instrumentos, evitando-se a sua utilização de forma incorreta, que pode acarretar um retrocesso para maior abertura dos mercados agrícolas dos países em desenvolvimento.

O agronegócio brasileiro tem grande interesse em um bom acordo de acesso a mercados nos países em desenvolvimento, já que o comércio agrícola com esses parceiros, nos últimos 6 anos, cresceu a um ritmo três vezes superior que nos

mercados tradicionais e, não fossem as altas tarifas aplicadas por esses parceiros, poderia ter sido ainda mais vigoroso.

Tudo indica que o acordo não deve ser fechado no curto prazo, mas espera-se que o Brasil possa cumprir a sua parte para não ficar com a bola no pé e deixar de marcar o gol. E para isso o G20 teria que fazer algumas concessões. É hora de manter o foco, ter clareza de onde estão os ganhos e ameaças, dirigindo esforços para o que realmente interessa ao país. A conclusão de um documento de modalidades é fundamental para garantirmos fôlego para as prorrogações deste campeonato, que parece não terminar tão já.

**\* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal**